

Caridade a si ou ao outro? As práticas católicas como auto-salvação

Charity for themselves or the others? The Catholic practices as self-salvation

Camila Jansen de Mello de Santana

Mestranda em História - UFPR

Correio eletrônico: camila_jansen@hotmail.com

Resumo: As práticas católicas são comumente relacionadas com ações de auxílio aos necessitados, onde o amor pelo próximo se propaga através de assistência nas mais diversas formas: material, moral ou espiritual. Propondo a inversão dessa interpretação da ação católica, procurei refletir essas práticas como resultado de uma ação voltada para si, como uma forma de conquista de poder e salvação. Tendo como campo privilegiado de análise uma instituição de assistência social de Curitiba, denominada Associação das Senhoras da Caridade de São Vicente de Paulo, e como recorte temporal o período entre os anos de 1937-45, objetivei analisar as formas pelas quais as senhoras que formavam o corpo desta instituição, agiam de acordo com os ideais cristãos, a fim de conquistar influência e *status* no seu grupo social.

Palavras-Chave: Assistencialismo, Religião Católica, Poder, Caridade, Estado Novo.

Abstract: The catholic practices are usually related with relief actions to the needy ones, in which the love for the other propagates through assistance at the most different forms: material, moral or spiritual. Proposing an inversion of this interpretation of the catholic action, I intended to present these practices as the result of an action for themselves, as a way to conquer power and salvation. The privileged ground to this study was a social assistance institute in Curitiba, named Associação das Senhoras da Caridade de São Vicente de Paulo, and the time choice was the period between the years 1937-45. My aim was to analyze the ways through the ladies that formed the social corpus of this institution acted according to the Christian ideals, intending to conquer influence and *status* at their social group.

Key words: Social assistance, Catholic religion, Power, Charity, “Estado Novo” (New State).

O Brasil é um país marcadamente católico, onde os ideais e a moral cristãs fazem-se presentes no cotidiano da população. Tendo por base estes fatores e partindo da premissa de que estes ideais são voltados ao mútuo auxílio entre os cristãos, ou numa outra perspectiva no auxílio daquele melhor situado sócio-economicamente em direção ao menos privilegiado, nos propomos a refletir sobre as práticas católicas como uma forma de salvação, um auxílio para si e não para o outro. Numa inversão dos ensinamentos católicos, de amor ao próximo e de auxílio aos menos favorecidos, temos como objeto de análise, uma prática de utilização dos ideais católicos para o bem próprio, auxiliando o outro apenas como fator coadjuvante para o auxílio a si mesmo, caminho a ser obrigatoriamente percorrido para a auto-salvação.

Com o intuito de realizarmos esta reflexão, temos como campo privilegiado de análise, a Associação das Senhoras da Caridade de São Vicente de Paulo, instituição de assistência social voltada ao auxílio de indivíduos pobres, doentes e inválidos, sediada na cidade de Curitiba. O recorte temporal estabelecido está contido entre os anos de 1937 e 1945, datas limite das fontes analisadas e período em que a Igreja Católica buscava maior inserção social e política no Brasil.

A escolha da Associação das Senhoras da Caridade de São Vicente de Paulo como campo de análise destas práticas católicas voltadas a si e não ao outro, deu-se pela abundância de fontes mantida pela instituição, além da facilidade de acesso a estas, que foram prontamente disponibilizadas. É portanto, através das Atas das reuniões mensais, realizadas pelas senhoras da instituição e documentadas, que cumprimos nosso objetivo.

É importante salientar que as ações desta instituição são de caráter caritativo e não filantrópico. Esta diferenciação é fundamental pois auxilia a análise, já que compreendemos caridade como o auxílio voltado ao desenvolvimento pessoal do sujeito alvo da ação de caridade. Ou seja, a caridade envolve ações de auxílio moral, espiritual e material, de forma a desenvolver a pessoa auxiliada para que esta se torne capaz de mudar a realidade em que vive. Por outro lado, compreendemos filantropia como a ação material e imediata, que objetiva apenas sanar um quadro de pobreza físico e não espiritual, não tendo como premissa o desenvolvimento do indivíduo para que este seja capaz de modificar a sua realidade. Essa reflexão é baseada no seguinte trecho:

Ao iniciarmos os trabalhos, o nosso dedicado Diretor dirigio-nos a palavra procurando imprimir em nossos corações, o mais ardente zelo, pela verdadeira caridade, aquela que é feita inspirada no grande Amôr de N. S. Jesus Cristo. Que a caridade não deve ser feita pelo altruísmo, nem pela filantropia pois a esmola dada por uma méra ostentação, ou nalguma intenção, perde grandemente o seu valor e é imperfeita; é preciso que a ação de dár e a de receber a esmola seja escudada no Amôr de Jesus. É preciso que o póbre não veja nessa esmóla só o óbulo material mas também o apoio moral.¹ (Livro de Atas, 04/06/1943)

Nesta direção, temos a caridade permeando as ações assistenciais da Associação das Senhoras da Caridade de São Vicente de Paulo. Esta instituição caritativa, existente desde 1900 em Curitiba tinha, em seu corpo social, mulheres da sociedade de Curitiba que dedicavam parte de seu tempo - muitas vezes ocioso, pois dificilmente essas senhoras trabalhavam - ao auxílio aos pobres e doentes carentes. Assim, tínhamos uma quantidade de senhoras da sociedade curitibana dedicando-se, em seu tempo livre, a auxiliar determinados indivíduos. Cabe-nos questionar, antes de prosseguirmos, sobre o surgimento deste grupo

¹ A grafia das fontes foi mantida, respeitando o recorte temporal estabelecido. A referência informa o nome do livro e a data da ata da qual foi retirado o trecho apresentado.

populacional que se constituiu alvo destas ações assistenciais. Em que contexto surgiu a necessidade de desenvolvimento de políticas de auxílio no Brasil? Quem eram os indivíduos que configuravam este grupo necessitado do auxílio da Associação de São Vicente de Paulo? Prossigamos, portanto, por uma breve análise do contexto sócio-político-econômico que engloba nosso objeto.

A incipiente indústria brasileira iniciou-se no segundo quartel do século XIX, com as manufaturas de algodão no Maranhão, Bahia, Pernambuco e Rio de Janeiro. Um processo mais continuado e de caráter diversificado, sempre voltado para o mercado interno, verificou-se nas primeiras décadas do século XX, centralizando-se nos principais centros urbanos do país, São Paulo e Rio de Janeiro. No final da década de 20, com a Quebra da Bolsa de Valores de Nova York, há uma intensificação desse processo de industrialização. A crise da Bolsa de Valores americana repercute ao longo dos anos 30, levando a um grave quadro de crise econômica mundial, pois os países que tinham relações comerciais com os Estados Unidos, se viram atingidos pela repentina diminuição da capacidade de consumo e importação da sociedade norte-americana. Sendo assim, economias que se apresentavam muito dependentes da exportação de produtos para os Estados Unidos, passaram a enfrentar grandes prejuízos econômicos. No Brasil, país que estava lentamente se industrializando, mas cuja economia ainda estava pautada na exportação de produtos agrícolas, onde o café se destacava como produto dominante, temos graves conseqüências decorrentes da crise estadunidense.

Apresentando um poder aquisitivo mais baixo que o costumeiro, os cidadãos dos Estados Unidos passaram a eliminar de sua lista de consumo, produtos considerados supérfluos. Um produto que foi eliminado da dieta de grande parcela da população estadunidense foi o café. Considerando que o principal importador do café produzido no Brasil, neste contexto, eram os Estados Unidos, temos o surgimento de uma crise econômica nacional, em uma realidade de

superprodução dos grãos da economia cafeeira, sendo intensificada a partir do momento em que os demais países capitalistas também diminuíram a importação de café devido à crise econômica que também os atingia.

Coincide esta crise internacional com uma crise política interna, via o rompimento da política café-com-leite e a ascensão ao poder do grupo liderado por Getúlio Vargas, que definiria uma alteração nas estruturas produtivas para as décadas posteriores, impondo o fim da hegemonia agro-exportadora e incentivando a industrialização, o desenvolvimento de uma maior autonomia em relação aos países industrializados, principais consumidores dos produtos agrícolas brasileiros. Há também, o nascimento de um sentimento de preservação da nação, levando o governo nacional a defender o nacionalismo e a criar uma política de substituição das importações, via de proteção à indústria nacional. Ou seja, Vargas apoiará o desenvolvimento industrial brasileiro, fortalecendo a economia nacional e buscando tornar o país competitivo em relação às indústrias internacionais. Desta forma, a população brasileira teria a opção de comprar produtos industrializados produzidos no Brasil, movimentando a economia local e substituindo as importações de produtos industrializados por produtos brasileiros, ocasionando em crescimento da economia nacional.

Outro fator determinante das mudanças sociais, políticas e econômicas que marcaram o período do Estado Novo no Brasil (1937-1945) foi a Segunda Guerra Mundial. Além de ter sido um incentivo à defesa da nação e ao fortalecimento do sentimento nacionalista, espelhado nos regimes totalitários que passaram a dominar alguns países europeus, a Segunda Grande Guerra também incentivou o desenvolvimento da indústria nacional. Com a destruição dos parques industriais nos países europeus pela guerra, muitos dos produtos importados pelo Brasil passaram a ser fabricados em menor escala e/ou tiveram sua produção interrompida nos anos de guerra. Neste sentido, a população nacional passou a enfrentar a escassez de alguns produtos, o que provocou o incentivo à

industrialização no Brasil, já que havia a necessidade de sanar a ausência desses produtos importados no mercado nacional.

O incentivo ao surgimento e desenvolvimento das indústrias, assim como a crise agrícola proveniente da diminuição da exportação de nosso principal produto, traz às cidades brasileiras grande contingente de mão-de-obra como resultado do êxodo rural, pessoas que intencionavam progredir financeiramente e desfrutar das comodidades disponíveis nas cidades e propagandeadas pelo governo de então. Despreparadas, essas pessoas recém chegadas às cidades, enfrentavam dificuldades em se ambientar ao cotidiano das indústrias, às exigências de produção, ao trabalho repetitivo e à falta de conhecimentos para manusear as máquinas. Grande parte da mão de obra proveniente do êxodo rural era aproveitada nas indústrias que surgiam. No entanto, paulatinamente, escassearam-se as vagas nas empresas e criou-se um exército de mão-de-obra barata e desempregada. Em decorrência da grande oferta de mão-de-obra houve a diminuição dos valores dos salários pagos aos trabalhadores, ocasionando a pauperização desse grupo populacional.

O desemprego enfrentado por muitos e a pobreza cotidiana na qual os trabalhadores se viam inseridos, em conseqüência dos baixos salários que recebiam, ou do desemprego ao qual se viram sujeitados, fez com que o Estado articulasse políticas de assistência a esses trabalhadores. Como resultado desta política estatal, temos a promulgação da Constituição de 1937, a qual apresenta, em vários momentos de seu texto, artigos referentes ao auxílio aos trabalhadores. Da mesma forma, em 1941 há a promulgação do Decreto-Lei 3.200, no qual encontramos políticas governamentais de auxílio à instalação de instituições de assistência social e também de auxílio estatal às famílias pobres e numerosas, o que se dava através de subvenções. Além disso, temos outro tipo de política governamental, a qual seria a conclamação da “sociedade à paixão filantrópica”, incentivo que na realidade objetivava ganhar o “acolhimento da população eleitora,

notadamente aquela considerada a grande vítima de toda essa situação” (Magalhães, 2004: 57).

O Estado, quando percebe a fragilidade do projeto de substituição das importações por reconhecer que não é capaz de prover uma vida digna ao grande contingente de pessoas que está nas cidades em busca de emprego, passa a propagar o ideal de auxílio aos desvalidos como forma de substituir sua ação estatal, que se torna insuficiente, por uma ação organizada particular. Essa assertiva é confirmada no texto de autoria de Brepohl de Magalhães, quando a autora enumera quatro características comuns dos trabalhos sobre a política no mundo contemporâneo. Dentre as características saliento a que afirma que “a redução do poder político do Estado em face da sociedade civil”, faz surgir a ilusão e a “expectativa de que ONGs ou os governos estanquem a fome e a miséria, instituições cuja autonomia financeira se vê quase sempre muito limitada” (*Ibidem*).

Essas instituições particulares (ONGs), especializadas em assistência social, tiveram grande impulso nos anos 40, quando o Estado brasileiro enfrentava dificuldades para prover tantas pessoas necessitadas, sendo então, necessário, recorrer às organizações e instituições privadas para aumentar seu campo de ação. Grande parte das instituições que existiam ou se constituíram no período eram criadas numa aliança entre Igreja Católica e camadas médias e altas da população. Essas organizações eram encontradas em grande número, sendo que isto se deveu ao incentivo do Estado à criação e manutenção desta espécie de instituição, além de uma maior proximidade entre as instituições eclesiástica e estatal, fundamentada em interesses políticos a seguir explicitados.

O governo Getúlio Vargas teve grande aproximação com a Igreja Católica, iniciada com a Constituição de 1934, quando cria na Carta Constitucional, leis que auxiliam no desenvolvimento da Igreja e afirma os laços entre as duas instituições, como quando inicia o texto constitucional dizendo que:

Nós, os representantes do povo brasileiro, pondo a nossa confiança em Deus, reunidos em Assembléia Nacional Constituinte para organizar um regime democrático, que assegure à nação a unidade, a liberdade, e justiça e o bem-estar social e econômico, decretamos e promulgamos a seguinte

Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil

A promulgação do texto constitucional, quando confiado a Deus, denota esta aproximação eclesial-temporal, pois demonstra que a Igreja é vista pelo Estado como uma instituição de importância e relevância nacionais.

O Estado utiliza ferramentas eclesialísticas para desenvolver e aumentar seu poder e influência na sociedade brasileira. Apropriando-se da capacidade da Igreja em utilizar apelo imagético, Getúlio Vargas desenvolve essa qualidade, colocando-se como representante e chefe fundamental da nação, personificando todas as características fundamentais do Brasil. A Igreja Católica defende a teoria do Corpo Místico de Cristo, segundo a qual seria necessário haver um comandante para sua instituição, uma figura central responsável por ordenar e imprimir um ritmo e objetivos a serem alcançados por esta. Enquanto o cérebro comanda a instituição, as demais secretarias e órgãos institucionais deveriam obedecer-lhe. Apoiando-se nesta teoria, Vargas coloca-se como sendo a cabeça da nação, o cérebro responsável por ordenar o restante dos órgãos do corpo institucional do país, como ministérios, exército e inclusive a sociedade civil, que deve respeitar a hierarquia corporal e obedecer ao cérebro, sem sublevar-se e tentar ocupar seu lugar². Nesta direção temos um Estado estruturado que, utilizando-se de diversas estratégias, incluindo a do Corpo Místico de Cristo, vê sua influência estender-se pelas várias camadas sociais, fortalecendo-se e afirmando-se no poder.

Essa proximidade da Igreja Católica com o Estado também era interessante para a instituição eclesialística, uma vez que esta última se vê respaldada pela

² Essa teoria é especialmente abordada e demonstrada na obra de Alcir Lenharo.

legislação e fortalecida nacionalmente por ter o apoio governamental nas suas atividades. Torna-se evidente essa troca de interesses entre Igreja Católica e Estado Nacional quando observamos as instituições de assistência social existentes no período estado-novista. Enfrentando a dificuldade de assistir socialmente o grande número de pobres, doentes e necessitados que constituem a força de trabalho das indústrias brasileiras de então, o Estado recorrerá à influência que o catolicismo possui frente à população de baixa renda e ao espírito de amor ao próximo perpetuado pelo ensinamento cristão, para criar políticas através das quais atingiria um maior número de indivíduos auxiliados. Como um exemplo desta prática estatal, temos em especial um artigo do já mencionado Decreto-lei 3.200, que foi promulgado em 1941. Em seu trigésimo artigo, este texto legislativo afirma que,

As instituições assistenciais, já organizadas ou que se organizarem para dar proteção às famílias em situação de miséria, seja qual for a extensão da prole, mediante a prestação de alimentos, internamento dos filhos menores para fins de educação e outras providências de natureza semelhante, serão, de modo especial, subvencionadas pela União, pelos Estados, pelo Distrito Federal e pelos Municípios.(Decreto-lei 3.200, 1941: Capítulo XIII, Artigo 30)

O Estado e a Igreja Católica, portanto, farão uma aliança de interesses através da qual os maiores beneficiados parecerão ser os indivíduos enfrentando dificuldades cotidianas, no entanto, uma análise mais próxima coloca um ponto de interrogação nessa interpretação. O auxílio prestado a esses indivíduos despossuídos claramente os beneficia, no entanto temos outros dois grandes beneficiários: a Igreja e o Estado. Temos neste contexto, a Igreja Católica criando instituições de auxílio aos necessitados, o que fortalece sua imagem junto às mais diversas camadas da população. Essas instituições fortalecem a filosofia cristã e asseguram à Igreja um lugar de destaque na sociedade nacional, principalmente

por ser uma ação apoiada pelo Estado e regulamentada na Constituição e em Decretos-lei.

Por outro lado, temos o Estado sendo repetidamente auxiliado pela Igreja Católica através dos recorrentes discursos eclesiásticos dentro dessas organizações de assistência social e nos sermões das missas diárias. Ambas instituições fortalecem-se positivamente frente à sociedade, pois solucionam, ao menos momentaneamente, os problemas e dificuldades cotidianas de uma população pobre e carente. Surge assim, admiração por parte das camadas mais altas da população para com essas instituições, devido ao fato de que, ao entrarem em contato com a moral cristã, esses indivíduos pobres são influenciados por seus ensinamentos, tornando-se mais ordeiros e respeitadores, facilitando o convívio social entre as diferentes camadas populacionais. Por outro lado, tendo um comportamento mais condizente com os costumes da época, esses indivíduos darão menos trabalho ao Estado, pois não infringirão as leis existentes.

Os indivíduos pobres que eram atendidos pela Associação das Senhoras da Caridade de São Vicente de Paulo nem sempre eram desempregados, mas sua maioria era composta por pessoas sem atividade remunerada, e freqüentemente eram doentes. Temos então, um público alvo composto por pessoas que constituem uma categoria de pobre que poderia ser definida como pessoas necessitadas e/ou incapacitadas de prover seu próprio sustento e bem estar, por motivo de doença e/ou ausência ou baixa remuneração na atividade produtiva exercida. Nesta situação de pobreza e necessitadas, essas pessoas despossuídas tendem, num momento de dificuldade extrema, a procurar formas alternativas de manter a sobrevivência, mesmo que estas alternativas sejam criminosas. Numa tentativa de evitar essa ação extrema, o Estado e as camadas abastadas da sociedade nacional unem-se à Igreja Católica para, utilizando-se de seus

preceitos, regular a ação da população de baixa renda e auxiliá-los na sua pobreza cotidiana.

Portanto, a moral cristã foi fundamental neste período da história nacional ao estabelecer regras de convivência entre as diferentes camadas sociais e, além disso, fortalecer o poder do Estado através de seus discursos baseados no nacionalismo e numa ordem fundamentada no discurso eclesiástico do Corpo Místico de Cristo.

Não era suficiente obter o apoio da camada menos abastada da população e a admiração dos grupos sociais privilegiados, sendo conveniente também, obter apoio político junto às camadas médias e altas da sociedade brasileira. Nesta direção temos o incentivo católico e governamental para que essas camadas sociais se integrassem às organizações de assistência social já existentes ou que se estabeleciam no período. Conclamando as mulheres dessas parcelas sociais ao assistencialismo, o governo e a Igreja obtêm o apoio político necessário à sua permanência na direção do país. Este apoio era importantíssimo para ambas instituições, pois estas camadas sociais representavam votos e poder econômico. Sendo assim, as senhoras da sociedade são chamadas a agir em prol do auxílio às camadas mais baixas da sociedade brasileira, formando o corpo social das instituições de assistência do período, como assinala o parágrafo 3º do artigo 121 da Carta Constitucional de 1934, ao definir que “os serviços de amparo à maternidade e à infância, os referentes ao lar e ao trabalho feminino, assim como a fiscalização e a orientação respectivas, serão incumbidas de preferência a mulheres habilitadas” (Constituição, 1934: artigo 121, § 3º).

É interessante perceber que, para essas mulheres, o combustível de suas ações assistenciais era o desejo de auxiliar os mais necessitados, pois estes enfrentavam cotidianamente um sem-número de dificuldades, o que, numa sociedade majoritariamente católica, deveria ser remediado. Sendo assim, percebemos que os cristãos, mais ou menos ricos estão interligados por essas

ações de assistência que são permeadas pela doutrina cristã de amor ao próximo. Podemos afirmar também que a doutrina do Corpo Místico de Cristo permeava as ações das instituições, como atesta o discurso proferido pelo reverendo Padre Ladislau Kulla, diretor da Associação das Senhoras da Caridade de São Vicente de Paulo, durante reunião mensal da entidade:

Obedecendo ao lema “Ut unus unum sint”: todos sejamos um ou então, do cumprimento à ordem dada, provém duas idéias: todos somos um em Cristo; corpo místico de Cristo.

Elle é a cabeça, nós os membros. Todos temos que prestar obediência afim de que qualquer empreendimento tenha o indispensável êxito. (Livro de Atas: 03/03/1937)

Portanto, além de ser utilizada pelo discurso estatal com o propósito de apaziguar qualquer movimentação revoltosa ou reivindicativa dos sujeitos mais necessitados, trazendo ordenamento social, esta teoria também era propagada no interior das instituições assistenciais afim de monitorar e direcionar o trabalho das senhoras da caridade. Também podemos interpretar este discurso como uma forma de pressão, de incômodo da consciência destas senhoras, ou seja, esta afirmação também pode ser vista como uma presença permanente de Cristo junto das senhoras, verificando o trabalho por elas efetuado e agindo como uma força de controle sobre as suas ações. As ações das senhoras da caridade portanto, eram direcionadas pelas práticas e teorias católicas.

Em muitos momentos, na documentação institucional, temos o discurso de que as ações das damas da sociedade curitibana, que representam a Associação das Senhoras da Caridade de São Vicente de Paulo são resultado de um desejo destas em agir de forma cristã, auxiliando os menos afortunados apenas pelo desejo de fazer o bem. No entanto, temos, por outro lado, uma visão mais objetiva e menos ingênua e romântica apresentada por Hanna Arendt em sua bela tese de doutorado analisa o pensamento de Santo Agostinho.

Segundo Arendt podemos compreender essa relação de interdependência entre cristãos quando Santo Agostinho afirma que é a partir do pecado original que surge a dependência entre os homens, pois é a partir deste momento que o homem tem a necessidade de se reenquadrar na filosofia e modo de vida cristão. Ou seja, como todos os homens são descendentes de Adão, o primeiro pecador, todos os seres humanos, ao nascer, já carregam uma parcela dessa culpa tendo que, para se habilitar aos olhos de Deus e conseguir um lugar no paraíso após a morte, tentar, através de ações terrenas, anular o efeito do pecado original com boas ações. Segundo Agostinho “toda a relação com o outro se torna uma simples passagem para a relação direta com Deus. Não é outrem como tal que pode dar a salvação; só há salvação porque a graça de Deus é eficaz nele.” (Arendt, 1997: 168) Sendo assim, só há, segundo a interpretação da autora, a relação de caridade e auxílio entre os seres humanos, porque existe o interesse da redenção dos pecados intrínsecos a este ato cristão, sintetizado nos mandamentos como o “amar ao próximo como a ti mesmo”.

Portanto, percebemos que, nesta interpretação, há a necessidade da existência do pobre, do doente, do necessitado em geral, para que os demais cristãos possam obter sua redenção. Esse pensamento é reforçado por Bronislaw Geremek quando este afirma que durante a Idade Média a camada social composta pelos pobres era necessária para que houvesse a necessidade ou a motivação da caridade cristã (Geremek, 1995: 268). Obviamente não estou tratando de um contexto medieval, nem descuidando e caindo num anacronismo, mas destacando a semelhança entre dois pensamentos de épocas distintas, onde em ambos encontramos a necessidade da existência de uma camada social pobre para justificar um ensinamento e ainda, uma prática cristã. Podemos confirmar esta teoria de Geremek e Hannah Arendt na ideologia da Associação de São Vicente de Paulo, quando o reverendo diretor afirma em mais um de seus discursos às damas que formam o quadro social da instituição:

(...) e terminando pedia a Nosso Senhor neste fim de ano, todas as bençãos para a Associação e seus membros e pediu a todas um exame de consciencia para assim glorificarmos á Deus, e si e consciencia nos acusar de alguma falta ou falha, pediremos perdão e renovaremos o propósito do Espírito da Caridade e à Deus ofereceremos nossas alegrias, consolações e magúas lembrando estas palavras: Bemaveturados sois vós quando vos perseguirem por minha causa, porque grande é a vossa recompensa no Céu. (Livro de Atas: 06/12/1944)

Como é possível perceber no discurso do Padre Ladislau Kulla, a ideologia cristã de auxílio aos mais necessitados é transformada aqui, na prática cristã de auxílio a si próprio. Verificamos isto quando o padre diretor afirma que caso haja alguma acusação de falta ou falha na consciência das senhoras da caridade, estas devem renovar suas ações de assistência, suas intenções de auxílio aos pobres, doentes, inválidos e desempregados, sujeitos-alvo das práticas da instituição. A promessa final é a recompensa no Céu.

Observando atentamente a estrutura organizacional da Associação das Senhoras da Caridade de São Vicente de Paulo, percebemos uma hierarquia constituída, a qual notadamente, confere às damas que ocupam cargos mais elevados, um *status* no interior desta instituição e frente às demais senhoras da camada social da qual fazem parte. Portanto, percebo que, para as senhoras da caridade desta instituição, a existência de um grupo social menos privilegiado é necessária por três motivos: 1. obter a redenção dos pecados terrenos dedicando-se a uma obra assistencial estimulada e estruturada em valores cristãos; 2. utilizar de maneira produtiva parcela do tempo livre do qual essas damas da sociedade dispunham; 3. Conquista de *status* frente às demais damas da sociedade curitibana que faziam parte de seu círculo social e frente às demais damas da Associação das Senhoras da Caridade de São Vicente de Paulo, as quais ocupavam cargos inferiores na hierarquia da instituição. Confirmando este pensamento temos o seguinte trecho do trabalho de Brepohl de Magalhães:

Ao associarmos a compaixão às três formas de sociabilidade modernas, vemos que ela suscita pelo menos três figurações no que concerne às relações de poder: a primeira se refere ao pressuposto da existência de uma relação de desigualdade entre os homens como princípio tacitamente aceito, na qual aqueles considerados superiores, por piedade ou por desejo de prestígio, relacionam-se com seu outro; a segunda, que o diferencial de poder entre grupos e indivíduos não se desenvolve de maneira contratual, mas por fantasias vinculadas ao desejo, ou de outro lado, pelo temor à dominação; finalmente, que o seu contrário, a indiferença ou a intolerância, bem como a violência que delas decorre, são possibilidades permanentemente presentes e impossíveis de serem legiferadas. (idem: 58)

Portanto, temos numa só ação, a assistência, um englobamento das três figurações de poder apresentadas por Brepohl de Magalhães: o reconhecimento da existência de diferenças sócio-econômicas na sociedade brasileira do Estado Novo fez surgir, a partir da aliança do Estado com a Igreja e a sociedade civil organizada, instituições de assistência social através das quais os trabalhadores, operários e desempregados recebiam auxílio para a situação de dificuldades na qual achavam-se cotidianamente inseridos; o reconhecimento dos agentes dessas instituições, ou seja, a sociedade civil organizada que, ao mesmo tempo em que protegiam suas propriedades, obtinham a redenção dos pecados e conquistavam um lugar no paraíso, livrando-se da carga de pecado que nascem carregando por serem descendentes de Adão, o primeiro pecador; conquista de *status* por parte das senhoras da sociedade que compunham o quadro social destas instituições frente às demais damas da organização e da rede de contatos e sociabilidades das quais participavam, sendo portanto, uma forma de conquistar poder frente seus pares e frente ao outro.

Da mesma forma podemos perceber a terceira figuração na constituição dessa aliança entre Estado, Igreja e camadas médias e altas da sociedade brasileira, quando refletimos que, caso não houvessem sido tomadas providências quanto ao auxílio dessa população empobrecida, certamente haveria falta de

controle sobre as ações dos indivíduos despossuídos, pois estes não estariam sendo auxiliados nem moralmente educados pelos ditames cristãos, sendo portanto, possível e até mesmo provável, a inclinação destes indivíduos a ações como o roubo e outras formas de violência, na tentativa de assegurar a sua própria sobrevivência e a de sua prole. O incentivo à criação e desenvolvimento das organizações de assistência social foi, neste sentido, um lugar de poder, de *status*, de afirmação e conquista de poder político e de adestramento moral da população durante o Estado Novo.

O *status* mencionado acima marcava as relações no interior da instituição. Além da necessidade de organização institucional, com cargos distribuídos entre as damas de caridade, como presidente, primeira e segunda secretária, tesoureira e outros, cada um desses degraus corporativos representando uma carga de poder e responsabilidade diferentes, temos outras formas de relação vertical estabelecidas. Nesta direção temos, como principal forma de atingir uma posição social dentro do grupo, a conquista do direito de utilização do crucifixo e, conseqüentemente, a possibilidade de ser uma Dama Ativa da instituição. As Damas Ativas são as únicas senhoras que podem atuar na visitação dos indivíduos auxiliados pela instituição, decidindo quem poderia continuar a usufruir deste auxílio e que domicílio deixaria de dispor deste privilégio. Portanto, ser Dama Ativa era exercer poder, era definir, julgar e dar ou retirar o privilégio do auxílio aos diferentes domicílios assistidos pela Associação. Esta afirmação é demonstrada pela documentação institucional:

A sessão foi aberta com as orações de costume. Em seguida foi feita a chamada das senhoras Ativas, achando-se presentes 14, justificaram a falta 5, sem justificção 2, presentes ainda a Rvma. Irmã Izabel e a Sra. D. Olívia Gomes Xavier que está fazendo o estágio estabelecido pela Associação afim de receber o Crucifixo, distintivo das Senhoras Ativas. (Livro de Atas: 07/11/1945)

Segundo a citação, podemos auferir que nem todas as senhoras que participam da instituição usufruem do mesmo *status* no interior desta, pois para se tornar Dama Ativa e, desta forma, ter o poder de decisão, de dar e tirar, de auxiliar ou não e de demonstrar sua fé através da ação de visitação, há a necessidade de realização de um estágio, o qual é praticado aos olhos de uma Irmã, que decidirá a aceitação da estagiária como uma Dama Ativa efetiva.

Em outro trecho das atas da instituição encontramos mais uma referência aos crucifixos, no qual está simbolicamente representado o *status* conquistado pelas Damas Ativas no interior do grupo, do corpo institucional. Este trecho afirma o caráter dos “trabalhos das Senhoras da Caridade junto aos pobres, assistindo-os não só materialmente como também espiritualmente, honrando assim a Cruz que carregam, como símbolo de sua nobre missão”.(Livro de Atas: 10/12/1943)

Retomando o objetivo de nosso artigo, o qual configurava-se na análise das práticas cristãs como forma de auto-promoção e auxílio a si, podemos afirmar, após a exposição feita, que as damas da sociedade curitibana que compunham o quadro social da Associação das Senhoras da Caridade de São Vicente de Paulo além de terem como objetivo fazer o bem, também buscavam a salvação de si e o *status*. Ou seja, estas senhoras agiam com objetivos distintos: assistir os menos afortunados e auxiliar a si próprias, conquistando através de suas ações na instituição perdão do pecado original de que eram portadoras. Outra possibilidade de interpretação das ações destas senhoras também pode ser entendida como a diferenciação social. Compreendemos esta diferenciação social de duas formas: a primeira como uma diferenciação entre as damas e o seu público alvo, pois se auxiliavam os pobres, doentes, inválidos e desempregados que compunham o público da instituição da qual faziam parte - e retomando o fato desta organização ser formada por indivíduos das camadas altas e médias da sociedade curitibana - estas senhoras, ao participarem de seu quadro institucional, afirmam sua posição como indivíduos pertencentes a outro grupo social melhor estabelecido do que

aquele que é auxiliado. A outra forma de diferenciação é aquela entre indivíduos do mesmo grupo social, ou seja, a diferenciação entre as próprias damas da caridade, quando verificamos que, dependendo do local social ocupado dentro do quadro institucional, a dama passa a usufruir de mais poder e *status* do que aquelas senhoras que estão inferiormente posicionadas na hierarquia institucional, não podendo, portanto, tomar decisões de grande relevância ou usar o crucifixo que, como foi afirmado pela própria documentação, é o símbolo da nobre missão da Associação das Senhoras da Caridade de São Vicente de Paulo.

Referências Bibliográficas

ARENDDT, H. *O conceito de amor em Santo Agostinho*. 1997 Lisboa, Instituto Piaget.

GEREMEK, B. *A piedade e a força*. História da miséria e da piedade na Europa. 1995. Lisboa, Terramar.

LENHARO, A. *A sacralização da política*. 1986. 2 ed. Campinas, Papyrus.

MAGALHÃES, M. B. de. A compaixão na política: pesadelo da razão. In: DUARTE, A.; LOPREATO, C. e _____. (orgs.) *A banalização da violência: a atualidade do pensamento de Hannah Arendt*. 2004. Rio de Janeiro, Relume Dumará.

Fontes

Decreto-lei 3.200/1941.

Constituição Federal dos Estados Unidos do Brasil, 1934.

Constituição Federal dos Estados Unidos do Brasil, 1937.

Livros de Atas da Associação das Senhoras de Caridade de São Vicente de Paulo, anos de 1937 a 1945.

Revista Áulas

ISSN 1981-1225

Dossiê Religião

N.4 – abril 2007/julho 2007

Organização: Karina K. Bellotti e Mairon Escorsi Valério

Recebido em abril/2007.

Aprovado em junho/2007.